



**CONFEDERAÇÃO PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS
VIIIª ASSEMBLÉIA GERAL
MÉXICO, DISTRITO FEDERAL, Y TOLUCA, ESTADO DE MÉXICO, MÉXICO
10 AO 13 DE SETEMBRO DE 2008**

Comissão de Democracia e Paz

**Normas que regem o financiamento dos partidos políticos e
o controle dos gastos eleitorais vigentes nas Américas**

Na reunião do Comitê Executivo da COPA celebrada em La Plata, Argentina, em novembro de 2006, a oficina da Comissão sobre Democracia e Paz propôs uma sessão de trabalho sobre as normas que regem o Financiamento dos Partidos Políticos e o controle do gasto eleitoral em vigor nos diferentes Estados das Américas, que se celebrará durante a Assembléia Geral. A sessão que dará aos parlamentares da COPA a oportunidade de adquirir uma ampla compreensão de como os partidos políticos financiam seus gastos eleitorais e compartilham suas experiências e pontos de vista sobre este importante aspecto do processo democrático.

Fundos

As democracias não podem trabalhar sem os partidos políticos. Os partidos políticos transmitem as preocupações dos votantes ao governo no poder e servem como um vínculo direto entre uma sociedade pluralista e suas instituições políticas. Desempenham um papel fundamental. Para fazê-lo bem, necessitam de renda para financiar suas campanhas eleitorais e cobrir os gastos diários.

Uma série de elementos podem, contudo, criar um desequilíbrio entre os partidos, especialmente quando se trata de campanha de arrecadação de fundos. O desejo de ganhar as eleições, a necessidade de chegar ao público e manter um alto perfil, o constante aumento dos custos, o número cada vez maior das campanhas eleitorais, a diminuição do apoio dos membros e as ofertas tentadoras de grupos de pressão, são somente alguns exemplos dos fatores que podem persuadir os partidos políticos a melhorar sua situação financeira pela flexão dos princípios de equidade, de transparência e de integridade, que devem prevalecer em uma democracia sana. O financiamento das atividades políticas, por tanto, é um terreno fértil para indevidas ou ilícitas influências de interesses privados nos assuntos públicos e sobre tudo, um bom viveiro para a corrupção.

As conseqüências do financiamento interessado ou desigual são importantes. Não somente afeta a legitimidade dos representantes eleitos, mas também, a capacidade do governo para legislar e criar um âmbito social e público, orientado a estabelecer o bem estar dos cidadãos e não aos interesses dos ricos que são minoritários.

Sem embargo, é muito difícil, por não dizer impossível, encontrar um sistema que garanta o equilíbrio perfeito do financiamento entre os partidos. A distribuição eqüitativa dos recursos públicos e privados parece ser o requisito mínimo de financiamento para evitar os extremos, é dizer, muito ou muito pouco. E assim, o papel de qualquer parlamento democrático consiste em

proporcionar um marco para o financiamento dos partidos políticos. Isto pode fazer-se mediante a elaboração e aprovação das leis e regulamentos pertinentes, que sejam o mais completo, claro e eficaz possível e pondo em andamento medidas para fazê-los cumprir.

Trata-se de uma tarefa de enormes proporções que exige uma constante revisão. E sem embargo, apesar dos obstáculos, tem legislação de vanguarda bem definida, que está em vigor em vários Estados, províncias, territórios e regiões das Américas. Iniciativas originais para realizar o seguimento do gasto eleitoral, têm sido estabelecidas por organizações da sociedade civil em vários países da América Latina. As novas tecnologias de informação têm-se colocado ao serviço da transparência em uma série de leis, e a equidade e a integridade do processo eleitoral são supervisionadas por organizações independentes em um número cada vez maior de Estados.

É pertinente examinar os principais aspectos do financiamento das campanhas eleitorais à luz da experiência e as idéias dos parlamentares das Américas. Reconhecer as diferenças é o primeiro passo necessário no intercâmbio de experiências democráticas. Pondo que cada Estado, província, território ou região tem características distintas que são modeladas por sua história, suas instituições e seu patrimônio político, econômico e cultural, não se pode aplicar um só modelo ou impor uma só estrutura; aí a conveniência de dar aos parlamentares a oportunidade de compartilhar suas preocupações e soluções com respeito às normas que regem o financiamento e o controle do gasto eleitoral. Juntos, podem encontrar maneiras de melhorar os sistemas democráticos nas Américas e fortalecer a confiança do povo na democracia.

Possíveis temas de debate

Os possíveis temas propostos pelo Comitê para a Democracia e a Paz para animar um debate a fundo na sessão de trabalho, são os seguintes:

Definições: Composição, gastos eleitorais, período eleitoral, as exceções, o financiamento secreto,...

Assistência Pública: Nível do financiamento público, equidade no financiamento dos partidos, as isenções fiscais e créditos, o reembolso dos gastos de campanha,...

As contribuições privadas: Limites, a divulgação de informações sobre os contribuintes, as contribuições contra as atividades políticas, arrecadação autorizada de fundos,...

Contribuições do exterior.

Mecanismos de controle e sanções: Independência do órgão de controle, auditoria de contas, normas mais rigorosas, definição e aplicação de sanções,...

O papel dos meios de comunicação e o impacto das tecnologias da informação: Um acesso equilibrado aos meios de comunicação, a publicidade na web, blogs,...

A intervenção de terceiros: os grupos organizados, grupos de pressão ou outras associações que tem grandes orçamentos publicitários,...

A confiança do público: Soluções originais para melhorar a confiança do público no processo eleitoral.